

MEMORIAL



DO MINISTÉRIO
PÚBLICO



Jerônimo
Rua Jerônimo Coelho
127 a 59

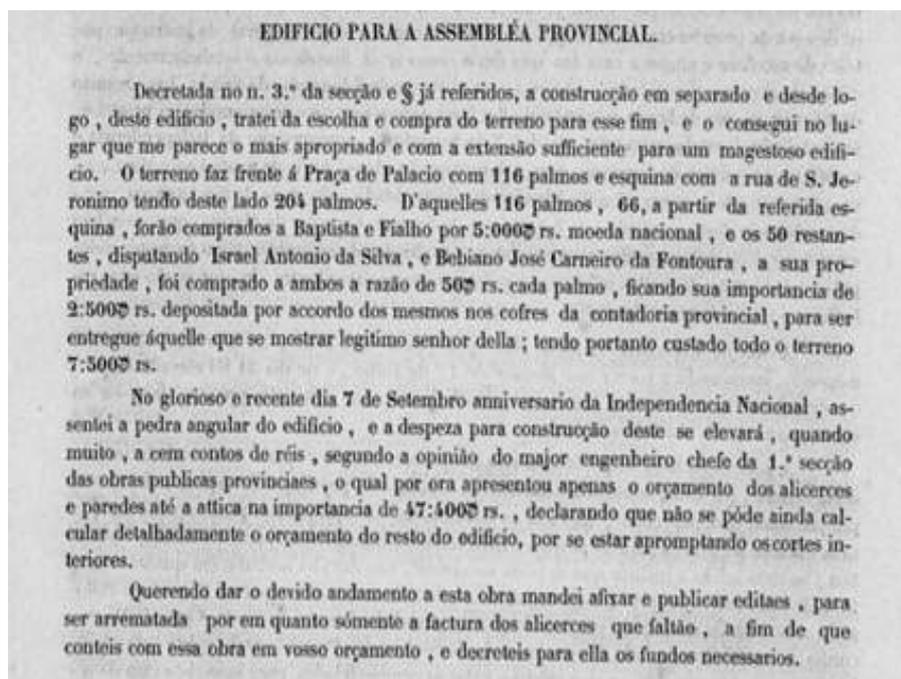
Mal. Deodoro
Praça Marechal Deodoro
110 a 174

Memorial

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PALÁCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A pedra fundamental do Palácio foi lançada em 1857, ainda no período imperial, para abrigar a sede da Assembleia Provincial. Os atrasos fizeram com que o prédio da Assembleia fosse reformado e os deputados permanecessem no mesmo local. Assim, concluída a obra, a edificação passou a sediar diversos órgãos da administração pública estadual, entre os quais a Diretoria Geral de Negócios da Fazenda Provincial, o Comando das Armas da Província de São Pedro, a Repartição dos Telégrafos e a Diretoria de Obras Públicas, passando a ser conhecido como “Edifício das Repartições Públicas”.



Relatório do Vice Presidente da Província de São Pedro de 1857 [1]

[1] Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correa da Camara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de 11 de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Tipografia do Mercantil, 1957, p. 52. A lei referida no texto é a Lei nº 367 de 4 de março de 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1857_00001.pdf Acesso em 20 de maio de 2022.

Em 1º de julho de 1892, o engenheiro Affonso Hebert, Diretor das Obras Públicas, Terras e Colonização, instalou no torreão norte o primeiro Observatório Meteorológico do Estado.

Em 1896, com a demolição do antigo palácio do governo para a construção do Palácio Piratini, o prédio foi ocupado pelo governo do Estado, quando passou a se chamar Palácio Provisório. Do Palácio Provisório, os Presidentes Julio Prates de Castilhos, Carlos Barbosa Gonçalves e Antônio Augusto Borges de Medeiros governaram o Estado até 1909. Além do governo estadual, o prédio era sede da Secretaria de Obras Públicas e da Secretaria do Interior.

Com respeito à arquitetura, o Palácio foi construído originariamente em forma de "L" e em estilo neoclássico. No entanto, em 1894, sofreu a sua primeira alteração arquitetônica. Foi construída a ala sul, assumindo a construção formato de "U". Já em 1899, o Palácio Provisório foi reformado. Recebeu um 3º pavimento com um torreão único, sendo esta a estrutura preservada até os dias atuais. Em 1906, foi construído outro prédio, em estilo eclético, de frente para a Rua Jerônimo Coelho para as cocheiras do Palácio.



Em 1909, ficou pronto o novo prédio da Secretaria de Obras Públicas, ao lado da Assembleia Legislativa, na esquina da rua General Auto com a Duque de Caxias. Além da Secretaria, o governo do Estado foi transferido para lá, de forma provisória, até 1921, quando passou para o Palácio Piratini. Em 1913, o Observatório Meteorológico foi desativado em razão da existência do observatório da Escola de Engenharia. No Palácio ficou somente a Secretaria do Interior. Em 1921, o prédio passou a abrigar a Diretoria de Higiene e Saúde, nome antigo da Secretaria da Saúde, que lá ficaria até 1963. Neste ano, o edifício passou para o Poder Judiciário. Teve então diversos usos, como a primeira sede da Escola Superior de Magistratura, Varas de Família, Arquivo Judiciário e Setor de Transportes. Sem nenhuma manutenção, o prédio se apresentava cada vez mais deteriorado.

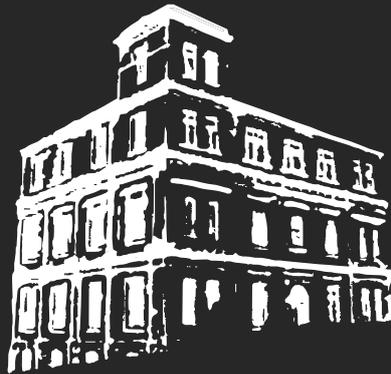
Em 14 de julho de 1982, foi inscrito no Livro Tombo Histórico do Estado sob n.º 7 pela portaria n.º 03/82. No ano de 1998, o prédio foi devolvido pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo, que transferiu o direito de uso e ocupação ao Ministério Público. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul assumiu a tarefa de restauração do prédio.

Em 2000, iniciaram-se as obras de recuperação. O projeto ficou sob a responsabilidade da arquiteta Ediolanda Liedke que optou por preservar ao máximo as linhas originais, não abrindo mão de um toque de contemporaneidade. Em 2002, após a conclusão das obras de restauro, a edificação foi reinaugurada, agora sob a denominação de Palácio do Ministério Público. O Palácio é um dos mais antigos prédios públicos de valor histórico da nossa Capital.

O Palácio situa o Ministério Público no centro cívico, religioso e cultural de Porto Alegre, recordando, com sua fachada centenária, uma das principais atribuições ministeriais, por comando constitucional: a tutela do patrimônio histórico e cultural.



MEMORIAL



DO MINISTÉRIO
PÚBLICO
